

**DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL E FORMAÇÃO DE JUARA NA AMAZÔNIA
MATO-GROSSENSE: COLONIZAÇÃO, EXPANSÃO DA FRONTEIRA
AGRÍCOLA E PROBLEMAS AMBIENTAIS**

**SOCIOTERRITORIAL DYNAMICS AND THE FORMATION OF JUARA IN THE
MATO GROSSO AMAZON: COLONIZATION, AGRICULTURAL FRONTIER
EXPANSION, AND ENVIRONMENTAL PROBLEMS**

**DINÁMICA SOCIOTERRITORIAL Y FORMACIÓN DE JUARA EN LA
AMAZONÍA DE MATO GROSSO: COLONIZACIÓN, EXPANSIÓN DE LA
FRONTERA AGRÍCOLA Y CUESTIONES AMBIENTALES**

 10.56238/revgeov17n3-098

Cleuza Regina Balan Taborda

Doutoranda em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: cbalan@unemat.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7375-6093>

Aumeri Carlos Bampi

Doutor em Filosofia e Ciências da Educação

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: aumeri@unemat.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3410-9376>

RESUMO

O estudo analisa o processo de formação territorial de Juara, na Amazônia mato-grossense e suas bases políticas e socioambientais, bem como as contradições inerentes ao projeto capitalista constituído. A pesquisa demonstra que a origem do município decorreu de dinâmicas migratórias induzidas por políticas estatais integracionistas que, articuladas à empresa privada de colonização, promoveram a mercantilização da terra, a expansão da fronteira agrícola e a inserção socioeconômica do território. O avanço resultou no crescimento econômico baseado na supressão e exploração florestal e na degradação de ecossistemas presentes, evidenciando a apropriação de recursos na Amazônia brasileira, além de conflitos que envolveram povos indígenas que habitavam a região e foram submetidos à desterritorialização e violência institucionalizada. Ao reconstruir historicamente essas dinâmicas, o resultado demonstra como o processo foi estruturado por relações assimétricas de poder e por estratégias econômicas que aprofundaram desigualdades sociais e degradação ecológica. Conclui-se que a compreensão crítica desse percurso é fundamental para subsidiar modelos alternativos de gestão territorial orientados pela justiça socioambiental e pelo reconhecimento das territorialidades tradicionais pré-existentes, bem como a necessidade de preservação da biodiversidade.

Palavras-chave: Amazônia Mato-Grossense. Ocupação Capitalista. Dinâmica Territorial. Transformações Socioambientais. Degradação Ambiental.



ABSTRACT

This study analyzes the process of territorial formation of Juara in the Mato Grosso Amazon, examining its political and socio-environmental foundations, as well as the contradictions inherent to the established capitalist project. The research demonstrates that the municipality's origin resulted from migratory dynamics induced by state-led integrationist policies which, articulated with private colonization enterprises, promoted land commodification, the expansion of the agricultural frontier, and the socioeconomic incorporation of the territory. This process led to economic growth grounded in forest suppression and exploitation, as well as in the degradation of existing ecosystems, highlighting the appropriation of natural resources in the Brazilian Amazon. It also generated conflicts involving Indigenous peoples inhabiting the region, who were subjected to processes of deterritorialization and institutionalized violence. By historically reconstructing these dynamics, the study demonstrates how development was structured through asymmetric power relations and economic strategies that deepened social inequalities and ecological degradation. It concludes that a critical understanding of this trajectory is essential to support alternative models of territorial governance guided by socio-environmental justice, the recognition of pre-existing traditional territorialities, and the imperative of biodiversity conservation.

Keywords: Mato Grosso Amazon. Capitalist Occupation. Territorial Dynamics. Socio-Environmental Transformations. Environmental Degradation.

RESUMEN

Este estudio analiza el proceso de formación del territorio de Juara, en la Amazonía del estado de Mato Grosso, así como sus bases políticas y socioambientales, además de las contradicciones inherentes al proyecto capitalista constituido. La investigación demuestra que el origen del municipio se derivó de dinámicas migratorias inducidas por políticas estatales de carácter integracionista que, articuladas con empresas privadas de colonización, promovieron la mercantilización de la tierra, la expansión de la frontera agrícola y la inserción socioeconómica del territorio. Este proceso dio lugar a un crecimiento económico basado en la supresión y explotación forestal, así como en la degradación de los ecosistemas existentes, evidenciando la apropiación de recursos en la Amazonía brasileña. Asimismo, generó conflictos que involucraron a pueblos indígenas que habitaban la región, quienes fueron sometidos a procesos de desterritorialización y violencia institucionalizada. Al reconstruir históricamente estas dinámicas, el estudio demuestra cómo el desarrollo fue estructurado por relaciones asimétricas de poder y por estrategias económicas que profundizaron las desigualdades sociales y la degradación ecológica. Se concluye que la comprensión crítica de esta trayectoria es fundamental para sustentar modelos alternativos de gestión territorial orientados por la justicia socioambiental, el reconocimiento de las territorialidades tradicionales preexistentes y la necesidad de preservar la biodiversidad.

Palabras clave: Amazonía del Estado de Mato Grosso. Ocupación Capitalista. Dinámica Territorial. Transformaciones Socioambientales. Degradación Ambiental.



1 INTRODUÇÃO

A história da ocupação capitalista contemporânea da Amazônia constitui um momento importante para compreender as dinâmicas estruturais do desenvolvimento brasileiro e suas contradições. Trata-se de uma região onde os processos de apropriação da terra, transformação ambiental e reordenamento social forçoso revelam as marcas de um projeto histórico de modernização seletiva e excludente, conduzido por diferentes coalizões entre Estado, capital e elites nacionais e regionais que fizeram uso do movimento de populações precarizadas como camponeses e trabalhadores urbanos. Entretanto, essa questão não pode ser analisada senão à luz das determinações do capital internacional.

No caso da formação do município de Juara, na Amazônia mato-grossense, sua formação como espaço de assentamento camponês (de início), núcleo urbano e, posteriormente, município, não decorreu de dinâmicas espontâneas de expansão demográfica e mobilidade social, mas como parte de um movimento deliberado de ocupação capitalista sob a lógica empresarial vinculada a políticas estatais de integração do território brasileiro e da conseqüente exploração econômica.

Essa trajetória, portanto, se insere em um contexto geopolítico que, desde o Estado Novo e, de maneira aprofundada durante a ditadura militar (1964-1985), concebeu a Amazônia como “fronteira de recursos” a ser incorporada à economia de acumulação capitalista. Tal visão, sustentada desde 1930, foi acrescida nas décadas de 1960 e 1970 por discursos de segurança nacional, soberania geopolítica e crescimento econômico. A ocupação foi produzida a partir de uma leitura etnocêntrica do território, no qual os povos indígenas e comunidades tradicionais existentes foram sistematicamente subjugados e tratados como empecilhos, e as terras, as florestas, a rica hidrografia e a biodiversidade como recurso a ser apropriado, ou caso estorvar, deveria ser aniquilado ou dominado por objetos técnicos.

Assim, não se tratava apenas de expandir os limites da economia agrária nacional e do extrativismo ligado à indústria (madeira e minérios), mas também de consolidar a presença estatal e capitalista em áreas classificadas como “vazios demográficos”, ignorando deliberadamente a densidade sociocultural e os sistemas ecológicos complexos que compunham/compõem a Amazônia em favor da produção e acúmulo de capital (Ianni, 2019).

Dessa forma, a Amazônia passou a ser tratada como espaço estratégico a ser ocupado, controlado e concebido para um modelo produtivista que subordinou os ecossistemas e as territorialidades tradicionais aos interesses hegemônicos do latifúndio pecuarista ou agrícola, do extrativismo madeireiro e de mineração, e das colonizadoras privadas para servir funcionalmente a outras regiões.

A formação do município de Juara, no contexto amazônico, deve ser compreendida, portanto, como produto direto desse arcabouço político, econômico e ideológico. Sua emergência enquanto território político-econômico é tributária de ações coordenadas entre empresas de colonização —



notadamente a Sociedade Imobiliária Bacia Amazônica Ltda (Sibal) — e o Estado fomentador de fluxos migratórios interregionais como forma de aliviar tensões sociais no Sul e Sudeste do Brasil, ao mesmo tempo em que abastecia a fronteira econômica com força de trabalho, consolidando a presença de populações exógenas na Amazônia dedicadas ao incremento produtivo.

Destarte, o deslocamento de milhares de camponeses e trabalhadores, especialmente oriundos do Paraná e de São Paulo, obedeceu a essa racionalidade: liberar terras férteis para o agronegócio mecanizado nas regiões de origem, enquanto incorporava à Amazônia contingente populacional disponível para o trabalho agrícola em condições precarizadas. Essa migração dirigida materializou uma política de Estado que, embora discursivamente ancorada na promessa de reforma agrária e democratização da terra, na prática reproduziu estruturas de dominação, exploração e acúmulo fundiário (Oliveira, 2016).

Inserido nesse cenário, o território que viria a constituir Juara foi, desde suas fases iniciais, tensionado por dinâmicas socioeconômicas e ambientais assimétricas com o avanço da colonização que implicou a supressão de extensas áreas da floresta originária, a alteração de cursos d'água, a degradação de solos e a substituição de ecossistemas complexos por paisagens simplificadas de agricultura, pecuária bovina extensiva e, mais recentemente, à produção de grãos em grande escala com a inserção da soja.

Assim, a mudança no uso e ocupação da terra foi orientada por padrões de acumulação capitalista que priorizam monoculturas, grandes propriedades e cadeias agroindustriais inseridas no mercado global, à exceção do período inicial que mobilizou a força de trabalho camponesa. Tal processo consolidou ainda a constituição de rupturas ecológicas que são observáveis tanto na perda acelerada de biodiversidade quanto na fragilização climática e na crescente vulnerabilidade das populações pré-existentes, particularmente indígenas que dependem dos bens comuns naturais para sua existência.

Da mesma forma, a chegada das empresas colonizadoras e dos grupos migrantes de trabalhadores urbanos e camponeses intensificou conflitos territoriais com os povos originários que, há séculos, habitavam o Vale do Arinos em relações ecossistêmicas de interdependência com a terra, a fauna e flora, os rios e os ciclos naturais da Amazônia.

A invasão dos territórios indígenas, “amaciada” pela pacificação involuntária conduzida pela Missão Anchieta entre as décadas de 1950 e 1970, a pedido das forças empresariais apoiadas pelo Estado, desencadeou processos de desterritorialização, disseminação de doenças, deslocamentos compulsórios e dizimação de grupos inteiros, como ocorreu com os Tapayuna. Essa violência institucionalizada reafirma que a história de Juara está inscrita em um movimento de expansão capitalista que não apenas mercantilizou a terra, mas também reduziu povos inteiros à condição de



“entraves ao progresso”, a serem eliminados ou assimilados, em nome de uma modernidade que os excluiu estruturalmente (Lima, 2019; Pacini 2022).

Assim, compreender o surgimento do território implica analisar a relação entre políticas estatais de integração territorial, interesses empresariais, fluxos migratórios dirigidos, destruição ambiental, reconfigurações fundiárias e conflitos étnico-territoriais. A constituição municipal de Juara é o resultado de camadas sucessivas de intervenção humana que, embora apresentadas pelos discursos oficiais como marcos de progresso e desenvolvimento, produziram profundas desigualdades sociais e desequilíbrios ecológicos.

A atual configuração do município, marcada por elevada concentração fundiária, fragilidade ambiental, expansão agropecuária agressiva e permanência de conflitos envolvendo povos indígenas reflete a continuidade de uma forma socioeconômica baseada na visão exploratória e na subalternização de grupos sociais cuja relação com o território não se enquadra na racionalidade produtivista.

O estudo, portanto, parte da necessidade de desvelar essas dinâmicas estruturantes, reconstruindo os processos históricos, econômicos, políticos e ambientais que possibilitaram a (re)ocupação e moldaram a conformação territorial de Juara ao longo de seis décadas. Ao fazê-lo, busca-se evidenciar como a combinação entre interesses privados, políticas integracionistas e dispositivos de poder estatal definiu os rumos do território, contribuindo para a formação de um espaço marcado por desigualdades sociais profundas, degradação ecológica e permanência de conflitos socioambientais que atravessam o presente e projetam desafios para o futuro.

Isto posto, essa análise crítica pretende oferecer subsídios teóricos e empíricos para compreender as tensões inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista na Amazônia, bem como apontar caminhos para repensar a gestão territorial à luz dos princípios de justiça socioambiental, sustentabilidade e reconhecimento das territorialidades tradicionais.

Assim, o objetivo principal consistiu em compreender a dinâmica histórico-ambiental, política e econômica de ocupação capitalista no território de Juara-MT e as implicações socioambientais. Por meio desta pesquisa, busca-se responder à questão central: Quais dinâmicas (políticas, econômicas e ambientais) envolveram a ocupação capitalista do território/município de Juara e quais efeitos socioambientais desse processo?

Este estudo parte dos pressupostos da leitura marxista das relações entre acumulação de capital, valorização da terra e produção do espaço na Amazônia mato-grossense, fronteira de expansão do capital, onde a natureza é transformada em mercadoria (Gonçalves, 2006; Becker, 2001).

Nessa perspectiva, dialoga-se com o pensamento ecologia-mundo de Jason W. Moore (2015; 2016), segundo o qual o capitalismo não opera sobre a natureza como algo externo, mas constitui uma forma histórica de reorganização da natureza. A expansão da fronteira agrícola-extrativista na



Amazônia, nesse sentido, não representa apenas avanço territorial, mas a incorporação de novas “naturezas baratas” (terra, florestas, rios e territórios indígenas) ao regime de acumulação capitalista, então convertidos em recursos e ativos econômicos.

Assim, a pesquisa voltou-se para a compreensão acerca da dinâmica de ocupação capitalista do território e formação do município de Juara, analisando as consequências socioambientais desse processo. Como hipótese principal, o estudo sustenta que a formação de Juara representa um movimento de incorporação da Amazônia à ecologia-mundo capitalista, mediante a conversão da terra e floresta em ativos produtivos e a subordinação de territorialidades tradicionais à lógica da acumulação.

O estudo constitui parte da investigação denominada “Transformações socioambientais decorrentes do processo de ocupação contemporânea de Juara-MT: narrativas de memórias de diferentes atores sociais”. É resultante da pesquisa que faz um esforço interpretativo a partir do método dialético-crítico, em especial pela análise das mediações entre economia, Estado, território e populações, pela busca de compreender o local como parte do movimento global do capital. Adota-se o materialismo histórico-dialético como método, articulado à análise documental e estatística, e acrescenta-se a isso o uso de indicadores empíricos (ocupação e uso da terra e desigualdade socioespacial) articulados a categorias teóricas (produção, reprodução, acumulação e território-ambiente).

2 AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE: CONCEITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO

A constituição da ocupação do território que hoje é o Brasil é marcada pelo alargamento do espaço territorial, pela exploração de bens comuns naturais e pela desestruturação das territorialidades dos povos indígenas e comunidades tradicionais (Gonçalves Oliveira; Serrath, 2020), ao mesmo tempo que foi se constituindo a construção socioespacial capitalista, primeiro em sua fase mercantilista e posteriormente em fases agrícola e agrícola-urbano-industrial.

No período colonial a ocupação esteve diretamente vinculada à expansão do mercantilismo europeu moderno (Dussel, 2005). A formação territorial do Brasil seguiu esses parâmetros, privilegiando os interesses das elites dominantes, favorecendo projetos de ocupação, exploração, integração e modernização à custa da exclusão dos povos originários e de transformações ambientais de larga escala, com nenhuma preocupação sobre os impactos socioambientais inerentes ao processo (Oliveira, 2016; Almeida; Veronese, 2021; Silva, 2019).

Neste contexto, “os indígenas foram encarados, a partir de um olhar etnocêntrico de superioridade, como irracionais, povos bárbaros e sem cultura, o que motivou penosas tentativas de assimilação e imposição cultural em nome do desenvolvimento” (Almeida; Veronese, 2021, p. 771).



Infelizmente, essa concepção ainda está presente no pensamento social e governamental brasileiro, justamente porque os territórios tradicionais possuem o que o capitalismo (grandes corporações e latifundiários) observa como recursos a explorar.

Após a independência, as tentativas de promover a ocupação e exploração econômica das regiões do país, fizeram parte dos ideais governamentais nos diferentes momentos políticos. Contudo, foi a partir de 1938 que a integração das regiões consideradas vazias, tornou-se política de Estado com o programa Marcha para Oeste¹ no governo ditatorial de Getúlio Vargas (Becker, 2005). Na perspectiva de Reginaldo de Almeida, a fronteira Oeste “[...] é o espaço geográfico e geopolítico onde os bandeirantes históricos, do período colonial, e os “bandeirantes” modernos do século XX se encontram, ao menos no plano discursivo, em meio ao longo movimento de interiorização do país” (2022, p. 280). Assim, voltava-se a levar migrantes para regiões de baixa densidade demográfica como o Centro-Oeste e a Amazônia.

Além disso, a meta era promover a modernidade e o progresso das respectivas regiões dominadas por oligarquias latifundiárias, consideradas em situação impeditiva ao desenvolvimento nacional, dentro do contexto da exaltação do nacionalismo, favorecendo a “expansão da pequena propriedade, como forma de diversificação da produção nacional, a partir do desenvolvimento da indústria nacional” (Moreno, 1999, p. 75).

Para dar concretude a essa política foram criadas colônias agrícolas na porção Sul de Mato Grosso e Goiás. Entre 1940 a 1960 construíram-se rodovias interligando a Amazônia e o Centro-Oeste às demais regiões, favorecendo a ocupação das regiões consideradas vazias (Almeida, 2022). A partir daí surgiram as primeiras iniciativas de projetos privados de colonização em Mato Grosso (Almeida, 2022; Balan Taborda; Bampi, 2025).

Getúlio Vargas ao retornar ao poder eleito democraticamente para a presidência da república, adotou como estratégia, para a integração e ocupação do oeste, a criação da Amazônia Legal por meio da Lei nº 1.806, de 1953. A finalidade era delimitar a geopolítica de ocupação e integração nacional de áreas consideradas estratégicas e prioritárias para a soberania territorial e econômica (Velho, 1990).

Na ocupação dos espaços vazios implementada no governo democrático de Getúlio Vargas, em meados da década de 1950, teve início o processo de ocupação via colonização da microrregião do Vale do Arinos, por meio do primeiro empreendimento privado de colonização em Mato Grosso, assumido pela Colonizadora Noroeste de Mato Grosso Ltda – Conomali, o qual deu origem a Porto dos Gaúchos (Balan Taborda; Bampi 2025).

¹ Para dar suporte a essa política foi criada a Expedição Roncador-Xingu por meio da Portaria nº 77 de três de junho de 1943 e posteriormente criou-se a Fundação Brasil Central, por meio do Decreto nº 5.878 de 04 de outubro de 1943. Com a finalidade de promover o suporte necessário para que o processo de integração e colonização da região centro-oeste se tornasse realidade (Maia, 2019).

Apesar das tentativas de Vargas em promover a ocupação e integração econômica da Amazônia e do Centro-Oeste com as demais regiões do país, dadas as condições técnicas e de dificuldades de interligações rodoviárias, a consolidação ocorreu durante a ditadura militar (1964-1985), em especial depois da década de 1970, porém, com altos custos socioambientais em virtude do viés autoritário (Silva, 2019; Franco da Silva; Bampi, 2019).

A partir desse momento, segundo Pádua (2000, p.796), “inaugurou-se um processo massivo e predatório de ocupação, dando origem ao que foi chamado de “as décadas da destruição”. Período em que as ações e estratégias políticas voltaram-se, para a promoção e expansão da fronteira agrícola com o objetivo de promover a “modernidade conservadora”, voltada para o aumento da capacidade de produção agrícola do país sem que houvesse mudanças estruturais de poder, hierarquia e das formas produtivas que inseriram o devassamento, o que contribuiu com o aumento dos problemas socioambientais.

Durante a ditadura militar, o poder estatal se estruturou e se adaptou às necessidades da política econômica e das exigências estabelecidas pelo capitalismo monopolista estadunidense. A finalidade era atender aos interesses de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais (Ianni, 2019). Este foi um período marcado pela exploração exacerbada da classe trabalhadora, bem como pela violência estatal contra toda e qualquer manifestação contrária à ordem social, política e econômica estabelecida pelo grupo no poder (Ianni, 2019), com avanço considerável sobre espaços de territorialidades indígenas e espaços naturais florestados (Pádua, 2000).

O fluxo migratório decorrente provocou uma migração e gerou a oferta de mão de obra aos projetos agrícolas, pecuários e minerais que se instalaram nesses novos espaços amazônicos. A intencionalidade dos governos militares era direcionar e guiar o acesso à posse da terra nas regiões de ocupação tradicional do Sul e Nordeste do Brasil, evitando assim a participação em movimentos sociais camponeses despossuídos de terra e que tensionavam a política.

O direcionamento migratório para as regiões amazônicas ocorreu de forma paralela ao avanço da “modernização conservadora” no Sul do Brasil. Essa modernização visava promover o crescimento da produtividade e a inserção do país no mercado internacional seguindo diretrizes exógenas para a produção de *commodities* agrícolas (Oliveira, 2014).

Essa formação socioespacial realizada pelo Estado, implementada na Amazônia mato-grossense, favoreceu a iniciativa privada por meio de incentivos fiscais e de créditos a direcionar o fluxo migratório, promovendo a ocupação de “áreas consideradas inoperantes e incentivando o surgimento de novas cidades” (Sant’Ana, 2009, p. 68).

O objetivo dessa estratégia foi mover migrantes a ocupar espaços considerados vazios e concomitantemente promover o avanço da modernização agrícola na região Sul. Assim, em 1970, o presidente Emílio Garrastazu Médici atribuiu, dentro da ótica integracionista, à colonização o esforço



de “levar homens sem terra à terra sem homens” (Elia, 2022, p. 188). Dessa maneira, a política desenvolvimentista do governo militar teve a finalidade de “forçar a migração de camponeses que pleiteavam terras em regiões economicamente disputadas como o Sudeste e o Sul para regiões ainda pouco exploradas economicamente, sobretudo no Centro-Oeste e Norte do país” (Elia, 2022, p. 188), espaços habitados por povos indígenas. É dentro deste contexto que se situa a formação de Juara na década de 1970.

3 A OCUPAÇÃO CAPITALISTA NA REGIÃO NOROESTE DE MT NO VALE DO ARINOS

A região Noroeste de Mato Grosso até 1950 era espaço habitado exclusivamente por comunidades indígenas de diferentes etnias (Kayabi; Apiacá, Tapayuna e Rikbaktsa) que exerciam suas territorialidades e seus modos de vida em uma relação simbiótica com a natureza e com os elementos do ambiente (Lima, 2014; Balan Taborda; Bampi, 2025).

A partir do século XIX, quando o rio Arinos (principal rio da região) passou a servir de rota para as incursões exploratórias no início do século XIX, este rio também serviu de rota para a navegação Paranista, ocasião em que foram identificadas a abundância de taquara e pedra sílex, materiais amplamente utilizados pelos indígenas para a confecção de flechas, lanças e machados. A presença desses elementos marcava a presença de diferentes etnias no domínio desse território (Mato Grosso, Gabinete de Gestão Integrada, 2011).

A vegetação, o relevo e as condições climáticas regionais indicavam uma região de terras férteis propícia para a agricultura e pecuária (Oliveira, 2010), mas também uma região de difícil acesso, situação que retardou a ocupação capitalista da região que até o início da década de 1970 só era possível por meio de transporte aéreo ou aquático (Lima, 2014).

As incursões mais constantes de não indígenas na região se deram a partir da década de 1940, com a inserção de seringueiros contratados por grandes seringalistas, que arrendavam do Estado áreas de terras devolutas ao longo do rio Arinos e rio Juruena, para a exploração da borracha, matéria-prima de alto valor internacional (Lima, 2019).

A inserção dos seringueiros na região, inicialmente se deu por meio de movimentos itinerantes, uma vez que não havia o estabelecimento de vínculos permanentes de ocupação com a terra. Porém, com a valorização da borracha no pós-segunda guerra, a região passou a ser amplamente explorada por seringalistas, o que resultou na presença constante de seringueiros e em conflitos com as comunidades indígenas que viviam na região.

A conformação espacial capitalista da região do Vale do Arinos esteve ligada, inicialmente, ao movimento integracionista estabelecido no governo democrático de Getúlio Vargas, quando em 1954 a empresa Irmão Meyer, com sede em Santa Rosa no Rio Grande do Sul, adquiriu 120.000 hectares²

² Posteriormente essa área foi ampliada para 200.000 hectares



em Diamantino-MT. Posteriormente fundou a Colonizadora Noroeste de Mato Grosso Ltda – Conomali (Lima, 2019; Kohlhepp; Dutra, 2021).

A Conomali dividiu a área em lotes e passou a comercializá-los aos sulistas com o objetivo de formar um núcleo colonial em meio à floresta Amazônica, em especial com descendentes de imigrantes teutos brasileiros. Esse núcleo recebeu o nome de Gleba Arinos e deu origem ao município de Porto dos Gaúchos (Lima, 2019; Kohlhepp; Dutra, 2021).

A chegada da colonizadora e dos camponeses gaúchos no contexto regional promoveu alterações na paisagem natural e nas dinâmicas de uso e ocupação da terra, promovendo a institucionalização jurídica de posse e ações antrópicas de supressão de áreas florestais, o que resultou em conflitos com os indígenas que viviam na região.

A região noroeste de Mato Grosso, que hoje abriga a região do Vale do Arinos³ configurava-se em um espaço de alta riqueza de sociobiodiversidade. Tratava-se de um espaço sociocultural indígena de diferentes etnias (Kayabi; Apiacá, Tapayuna e Rikbaktsa), que ali exerciam seus modos de vida, suas cosmovisões e relações com a terra, floresta, rios e com seus elementos materiais e simbólicos (Lima, 2019; Balan Taborda; Bampi, 2025).

No primeiro momento, as comunidades indígenas foram ignoradas, tanto pelo Estado como pela empresa colonizadora. A partir dos primeiros conflitos e diante da necessidade de promover o avanço capitalista na região, esses povos passaram a ser considerados como elementos impeditivos aos interesses econômicos dos grupos hegemônicos da região (Lima, 2019), razão pela qual houve a necessidade de intervenção do Estado que solicitou à igreja católica de Diamantino a pacificação.

Para promover essa integração, os empresários recorreram à Prelazia de Diamantino⁴, que por meio da Missão Anchieta (Mia) e sob a coordenação do padre João Evangelista Dornstauder, atuou no processo de pacificação dos povos indígenas da região. Assim, entre 1956 e 1968, a Mia dedicou-se a pacificação dos Tapayuna e dos Rikbaktsa, os povos indígenas que mais representavam ameaça aos interesses econômicos empresariais (Lima, 2019; Pacini, 2022; Balan Taborda; Bampi, 2025).

Contudo, o processo de pacificação, segundo o registro da Igreja, foi marcado por inúmeras dificuldades relativas à falta de apoio do Estado e dos órgãos indigenistas como o Serviço de Proteção ao Índio – SPI até dezembro de 1967 e posteriormente da Fundação Nacional do Índio – Funai. Apesar da tentativa da Missão em preservar vidas no processo de pacificação, o contato das comunidades indígenas com os não-indígenas resultou na diminuição da população dessas comunidades em decorrência de doenças adquiridas ou por ataques físicos (Lima, 2014; 2019; Pacini, 2022; Balan Taborda; Bampi, 2025).

³ Composta pelos municípios de Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã.

⁴ Criada em 22 de março de 1929 pelo Papa Pio XI, e entregue aos cuidados dos jesuítas da Companhia de Jesus, que chegaram em Diamantino em 1930. A partir de então, atuaram em diversas frentes com atividades missionárias, além de atender a vasta região com os trabalhos pastorais. Dados disponíveis em: <https://diocesedtno.com.br/historia/>

Além da redução demográfica essas comunidades sofreram a desterritorialização⁵ e a reterritorialização⁶, pois tiveram os espaços onde viviam tomados pelo avanço capitalista que os alterava drasticamente pelas derrubadas e queimadas da floresta. Além disso com as posteriores demarcações foram restringidos em suas territorialidades, obrigadas a viverem nas áreas delimitadas pelo Estado por meio do Decreto nº 63.368 de outubro de 1968⁷. Algumas dessas terras indígenas foram demarcadas na área que posteriormente se tornaria Juara.

As populações indígenas que percorriam a vasta região que compreende o rio Arinos e o rio Juruena, viram romper os laços ancestrais com o território em que até então viviam. Tiveram que se adaptar à presença do Estado e do capital. O Estado favoreceu o processo de exploração e mercantilização da terra na região (Silva, 2022), uma vez que com a delimitação das terras indígenas o território ‘ficava limpo’ para as ações empresariais de grandes proprietários e mesmo de camponeses ávidos por terra, assim como trabalhadores avulsos que buscavam espaço na região (Pacini, 2022).

Dentre os povos indígenas da região do Vale do Arinos, os Tapayuna foram os que mais resistiram ao contato e à presença da sociedade não-indígena em seu território. Mesmo assim, este povo foi praticamente dizimado, em razão de sucessivos ataques e doenças resultantes do contato com não-indígenas. Os poucos sobreviventes foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu no início da década de 1970 e suas terras, anteriormente demarcadas pelo Decreto nº 63.368/1968) foram usurpadas pelo governo militar e colocadas à disposição da iniciativa privada para comercialização (Balan Taborda; Bampi, 2025). No território do município permaneceram os povos Kayabi, Apiaká e os Rikbaktsa, nas terras indígenas Apiaká-Kayabi⁸ e Japuira, respectivamente.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Município de Juara (figura 1) pertence ao bioma Amazônico e está localizado na região Noroeste de Mato Grosso, distante 646 km de Cuiabá. É o município polo da microrregião do Vale do Arinos (Mato Grosso, 2017).

⁵ Processo que resultou no rompimento dos laços que essas comunidades possuíam com o espaço onde exerciam seus modos de vida e suas cosmovisões.

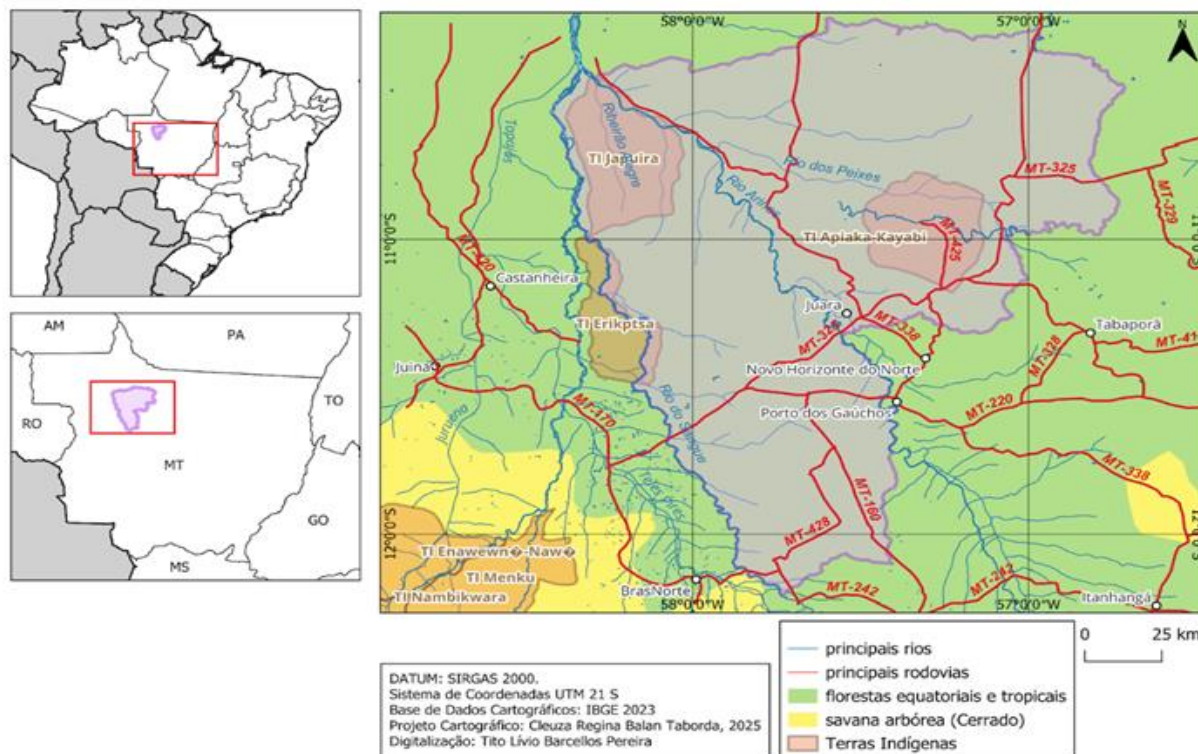
⁶ Houve a demarcação de uma área específica para que cada etnia pudesse exercer sua territorialidade.

⁷ Decreto que demarcou as Reservas Indígenas dos povos Tapayuna (Beißos de Pau), Rikbaktsa (Canoeiros), Apiaká, Kayabi, Irantxe e Pareci (Brasil, 1968).

⁸ O Povo Munduruku, que atualmente também vive nessa TI, chegou em meados da década de 1970, a partir de um casamento intercultural entre um Munduruku com uma Apiaká. Na década de 1980 mais famílias Munduruku se deslocaram para ocupar a respectiva TI. Em 1988 foi cedida pelas lideranças Apiaká/Kayabi uma área de terra do TI para a construção de uma aldeia denominada “Aldeia Nova Munduruku”.



Figura 1 - Mapa de localização de Juara-MT



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE (2025).

O Clima de Juara é equatorial, com estações seca (junho a agosto) e chuvosa (janeiro a março). A temperatura média anual varia de 24°C a 40°C (Mato Grosso, 2017). Nos últimos anos o município vem passando por estiagens mais longas, altas temperaturas e episódios de racionamento de água, situação que tem afetado a vida urbana.

O relevo é formado pelo Planalto Residual Norte de Mato Grosso e a Serra dos Caiabis. O solo é caracterizado como Podzólico Vermelho-Amarelo. Este tipo de solo se configura como solos minerais e apresentam diferenciações na cor e textura. Trata-se de solos profundos geralmente cobertos por Floresta e Cerrado. Este tipo de solo é propício à erosão apresentando alta fragilidade ambiental, razão pela qual não é indicado para a agricultura, sendo mais apropriado para pastagens permanentes (Coutinho, 2005).

Juara configura como o maior e mais populoso entre os quatro municípios que constituem a microrregião do Vale do Arinos composta pelos municípios de Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã (Mato Grosso, 2017), tanto em relação à área territorial, quanto ao número de habitantes, de atividades comerciais e de prestação de serviços.

A população de Juara em 2022 era de 34.906 pessoas, com a estimativa de 35.899 pessoas em 2024. A densidade demográfica corresponde a 1,54 hab/km². O PIB per capita em 2010 era de R\$14.101,65 e em 2022 atingiu o valor de R\$38.713,76 (IBGE, 2022). Tal situação, entretanto, esconde a realidade da alta desigualdade social, tendo o índice de Gini 0,5477 e IDH 0.682 para o município de Juara-MT (IBGE, 2010).



A economia está estruturada principalmente na pecuária bovina extensiva e Juara aparece como 3º maior rebanho de Mato Grosso com 962.926 cabeças de gado, segundo dados do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA) para o ano de 2025. A atividade pecuarista ocupava 92% do território com 709.534 ha, excluídas as áreas indígenas e de reserva legal. Já a agricultura comercial ocupa 7,7% da área com 59.496 ha com tendência a expansão (IBGE, 2022).

No município estão localizadas duas Terras Indígenas (TI): (i) Japuira, com 152.509,88 ha onde atualmente residem os Rikbaktsa, (ii) Apiaká-Kayabi, com 109.245,38119 ha área habitada pelas comunidades indígenas Kayabi, Apiaká, isolados do Rio dos Peixes e Munduruku, totalizando 885 pessoas (Terras Indígenas no Brasil). Existe ainda a TI Batelão, que foi declarada por meio da Portaria do Ministério da Justiça do Brasil nº 2.136 de 14 de dezembro de 2007, e que se encontra em processo de demarcação.

O município conta com seis assentamentos rurais destinados à agricultura familiar, no entanto, destes somente dois apresentam cadastro regular junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária - Incra. As demais são áreas ocupadas sem regularização fundiária, questão essencial para garantir segurança jurídica aos camponeses junto às suas propriedades, possibilitando o acesso a recursos para os investimentos necessários (Batista, *et al.*, 2023).

No contexto ambiental, Juara sofreu forte desmatamento sendo 771.147 hectares acumulados entre 1985 e 2024, situação que o coloca entre os municípios que mais desmatam em Mato Grosso e sob monitoramento federal. O avanço da pecuária e da atividade madeireira resultou tanto na alteração, quanto na supressão da floresta amazônica, gerou concentração fundiária, alta desigualdade (índice de Gini 0,5477) e impactos socioambientais sobretudo para comunidades indígenas, ribeirinhas e pequenos agricultores, que são os mais vulneráveis às consequências ambientais e à mudança do clima. Na atualidade, o processo de expansão da agricultura comercial está em rápido crescimento.

5 ITINERÁRIO E PROCEDIMENTOS

Primeiramente foi estudada a conjuntura nacional, as relações internacionais e o contexto regional amazônico, em especial do noroeste mato-grossense, assim como o território local de modo a compreender historicamente o processo.

A partir deste cenário, o que se propõe, é uma “leitura aberta e interativa” dessa ocupação (Pádua, 2010, p. 96-97) – ou reocupação, pois havia indígenas – resultado da articulação Estado-capital, viabilizado pelo empreendimento empresarial de comércio de terras, latifundiários e da ação dos camponeses e trabalhadores migrantes em movimento e as formas de relação com a natureza, vista como recurso a ser apropriado, onde conforme Santos (2008), é produzida uma segunda natureza já transformada e adulterada.

A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa de caráter crítico-dialético, orientada pela



tradição marxiana e pelos aportes da ecologia-mundo (Moore, 2015; 2016). Parte-se da compreensão do território como produção histórica resultante da articulação entre Estado, sociedade, capital e natureza.

A pesquisa partiu de três formas metodológicas complementares:

- a) Análise documental: foram examinados documentos oficiais (IBGE, INCRA, MapBiomas, legislação federal e estadual), relatórios históricos e registros institucionais referentes à ocupação indígena e não indígena da região. Como critérios de escolha foram priorizados documentos produzidos entre as décadas de 1960 e 2025, permitindo análise longitudinal do processo de formação territorial.
- b) Levantamento e sistematização de dados secundários: foram utilizados indicadores socioeconômicos e ambientais (estrutura fundiária, desmatamento, produção econômica e demografia), tratados por meio de análise comparativa temporal e interpretação crítica das dinâmicas de concentração e expansão da fronteira agrícola.
- c) Observação direta e incursões de campo: a pesquisa de campo, realizada entre 2023 e 2025, possibilitou o registro fotográfico e o reconhecimento espacial das áreas de expansão, bem como interlocução com atores locais. Os dados empíricos foram articulados à análise teórica, buscando evidenciar as contradições estruturais do padrão implementado.

Por fim, a interpretação dos dados foi orientada pela categoria de “acumulação por apropriação de natureza barata” (Moore, 2015; 2016), permitindo compreender a expansão territorial não como processo espontâneo, mas como estratégia de valorização do capital em escala ampliada na Amazônia com análise de um caso concreto.

6 DA GLEBA TAQUARAL À FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE JUARA

A ocupação capitalista da região do Vale do Arinos foi deflagrada em meados da década de 1950 motivada pela geopolítica integracionista do governo Vargas. Porém, esse processo foi intensificado durante o período da ditadura militar (1964-1985), marcado pelo forte incentivo do governo federal à ocupação da Amazônia Legal, bem como propiciado por melhorias técnicas do país. Neste sentido, pode-se afirmar que a colonização da Gleba Taquaral se deu conectada sequencialmente à formação territorial de Porto dos Gaúchos, intensificado a partir do contexto político integracionista do governo militar em 1971.

Um dos responsáveis, José Pedro Dias⁹, teve protagonismo no processo, pois atuou na

⁹ Conhecido popularmente na região como “Zé Paraná” e “Desbravador de Mato Grosso”, nasceu em Quatiguá-PR em 19 de março de 1928. Frequentou a Educação Básica apenas quatro meses. Ainda jovem arrendou uma área para o cultivo de café. Em sua trajetória atuou como agricultor, marceneiro, garimpeiro e construtor de pequenos barcos. Em 1954 dedicou-se ao garimpo na região amazônica. Em 1956 sobreviveu a um acidente aéreo. Em visita a Cuiabá, em outubro de 1957, conheceu Guilherme Meyer, diretor da Conomali e em 1958 foi convidado a trabalhar na empresa colonizadora (Santos, 2013, p. 74))

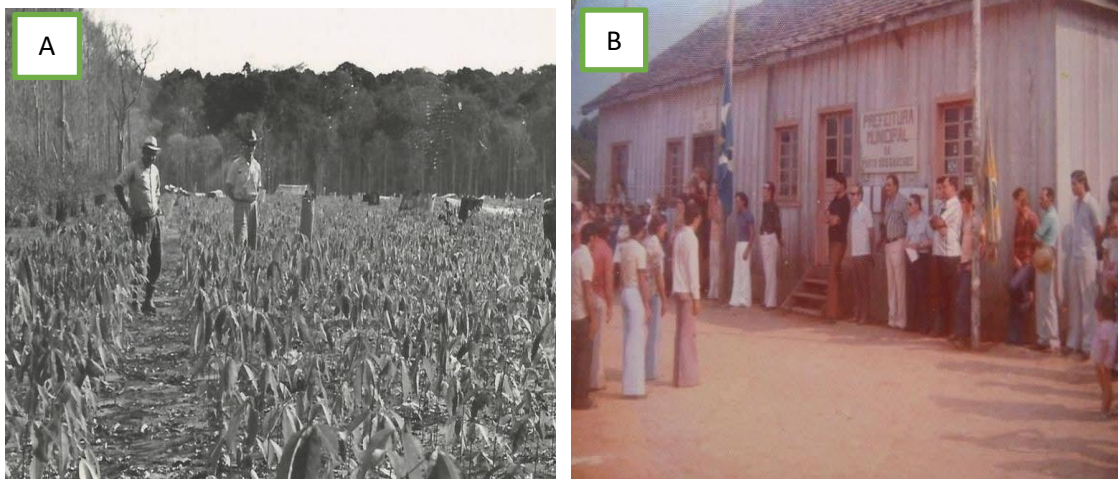


aquisição da área para a comercialização de terras, bem como no processo de constituição do novo município de Juara. Desde 1958, o mesmo residia em Porto dos Gaúchos, onde trabalhou juntamente com o Diretor da Conomali, Guilherme Meyer (Sant’Ana, 2009).

O histórico de vida do colonizador José Pedro Dias em Porto dos Gaúchos foi marcado pela atuação como funcionário da colonizadora Conomali para o cultivo de café (*Coffea arábica* e *Coffea canephora*). Posteriormente foi contratado para atuar como empreiteiro no cultivo de 200 mil pés de seringueira (*Hevea brasiliensis*), atividade financiada por investidores alemães. Em pouco tempo tornou-se sócio-proprietário do Viveiro de seringa “Dias e Irgang”(figura 2A), fornecendo mudas para a Conomali (Sant’Ana, 2009).

Como se denota, a Amazônia sempre foi vista como espaço de exploração e ao mesmo tempo para experimentações de monoculturas quer de espécies nativas ou exógenas, basicamente em processos extensivos que substituem a flora originária, situação que expõe a contrarrazionalidade ambiental e ecológica com que o território-ambiente foi/é tratado por políticas governamentais e de exploração capitalista.

Figura 2 - Atuação empresarial e política de José Pedro Dias em Porto dos Gaúchos (1950/1960)



Fonte: História de Juara (2025).

Observa-se que José Pedro Dias (figura 2 - A), no ano de 1958, e seu sócio Arnaldo Irgang atuavam no campo junto ao viveiro de *Hevea brasiliensis*. O primeiro participou ativamente da condução política de Porto dos Gaúchos (figura 2 B) como demonstrado em uma solenidade no ano de 1969, com a presença de autoridades políticas, dentre elas o então prefeito municipal, Sr. José Pedro Dias e a comunidade local.

Conforme Santos (2013), “Zé Paraná” conquistou a confiança do diretor da empresa e foi convidado a ingressar na atuação política, onde participou como correligionário do candidato a prefeito de Diamantino Bruno Benedito, principal seringalista da região do Vale do Arinos. Em 1962, iniciou

sua trajetória como vice-prefeito de Diamantino e neste mesmo ano foi eleito vereador em Porto dos Gaúchos, tendo sido o candidato com maior número de votos. No ano de 1966, dentro do contexto de indicações políticas da ditadura militar, foi nomeado biônico pelo governador de Mato Grosso, Engenheiro Pedro Pedrossian, para a prefeitura de Porto dos Gaúchos (1967-1969) (Sant’ana, 2009), demonstrando certa proximidade com os mandatários da ditadura militar, situação que o favoreceu no conhecimento das glebas e no estabelecimento do projeto de colonização.

Destarte, com base no conhecimento regional e na influência política, aproveitou o contexto favorável dos incentivos fiscais e creditícios para a Amazônia promovidos pelo governo militar do general Emílio Garrastazu Médici para instalar um projeto imobiliário. Neste contexto, associou-se aos senhores Antônio Pereira Braga Sobrinho, Vilmo Peagudo de Freitas, José Olavo Giralde Gonçalves e José Martins França e, em 1971, constituem a Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica LTDA (SIBAL) (Sant’Ana, 2009; Silva, 2022).

Após a constituição societária houve a seleção da área. Assim, em 23 de setembro de 1971, a Sibal adquiriu do empresário paranaense Waldemar Spranger, uma área 35.000 ha¹⁰ que foi cadastrada como projeto de colonização rural denominado “Gleba Taquaral”¹¹. Iniciou-se assim, a comercialização dos lotes rurais que contavam com financiamentos do Banco do Brasil para a aquisição de áreas (Sant’Ana, 2009; Silva, 2022).

Em 1972, a denominação da gleba foi alterada para Juara (Prefeitura Municipal de Juara, 2025). Em relação a este topônimo existem duas versões, uma delas “é de que sua origem vem da língua tupi, significando “Moça Bonita” (IBGE, 2025)¹². Contudo em consulta a língua tupi, verificou-se que “moça bonita” significa Kunhãporanga¹³. A outra versão é a de que o nome Juara foi apresentado pelo diretor da SIBAL, Sr. José Olavo Giralde Gonçalves, durante uma reunião na empresa com a participação dos diretores. Supostamente a palavra seria resultante da junção do nome dos rios Juruena e Arinos, formando a palavra “Juarinos”, posteriormente simplificada para Juara¹⁴ (IBGE, 2025). Essa versão é divulgada oficialmente pela Prefeitura Municipal sobre o processo histórico local.

Após a aquisição da área coube ao sócio-diretor José Pedro Dias o trabalho de implantação da infraestrutura básica, a fim de receber as primeiras famílias camponesas. Em 08 de outubro de 1971, acompanhado de um grupo de trabalhadores, deu início a construção da estrada que partiu do Ribeirão

¹⁰ Essa área havia sido adquirida por ele em 1940, como terras devolutas no município de Diamantino. Porém com a emancipação de Porto dos Gaúchos em 1962 a mesma passou a fazer parte do respectivo município (Silva, 2022, Sant’Ana 2009).

¹¹ A escolha desta denominação para o projeto colonizador se deu em alusão à abundância de taquaras existentes na área adquirida pela Sibal (Gestão Integrada, 2010).

¹² Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2025.

¹³ Informação obtida por meio da utilização do tradutor da língua Portuguesa para Tupi disponível em: <https://pt.glosbe.com/>. Acesso em 10 jun. 2025.

¹⁴ A versão foi confirmada pelo Sr. José Pedro Dias em resposta a uma consulta telefônica realizada no ano de 1998. Na ocasião foi esclarecido que o nome Juara foi sugerido pelo sócio José Giralde Gonçalves durante uma reunião societária da Sibal no escritório da empresa em Cuiabá, que foi acatado pelos membros.



Caracol até o córrego Água Boa, região em que foram comercializados os primeiros lotes. A partir desse local, teve início a abertura de picadas para divisão dos lotes, construção de estradas e pontes. As primeiras famílias de camponeses chegaram na localidade em 1973 (Silva, 2022; Assis; Fleck, 2019).

Ao chegarem na localidade essas famílias acamparam em um barracão, na propriedade do Sr. Jacob Barbosa (popular Sr. Jacó), localizada a 53 km de Porto dos Gaúchos, na estrada “Água Boa”. Essa propriedade havia sido adquirida da empresa, por meio de financiamento junto ao Banco do Brasil com prazo de 12 (doze) anos. Naquele período, era a única via de acesso à área adquirida pela Sibal¹⁵. Neste local improvisado e precário os camponeses permaneciam até que a empresa fizesse vias de acesso às futuras propriedades. O núcleo urbano ainda não estava instalado. Atualmente a propriedade dista 12 km da urbe de Juara.

Ao tomarem posse dos seus lotes, os camponeses promoviam a construção de precárias casas de pau-a-pique com paus roliços extraídos da floresta e cobertas de capim e lonas plásticas. Em seguida davam início ao processo de derrubada da floresta e queimada do entorno da habitação, utilizada inicialmente para o plantio de hortaliças, arroz, feijão, milho e café. Na ocupação inicial os trabalhos dos camponeses em cada propriedade se davam muitas vezes de forma coletiva (Assis; Fleck, 2019, p. 205) e envolviam cultivos de subsistência. A queimada da vegetação originária, com a consequente poluição do ar, foi um dos métodos intensamente utilizados nos processos de conversão das matas em terra nua, pois tinham necessidade de realizar a produção.

Os camponeses migrantes oriundos da região Sul, principalmente do Paraná e Sudeste de São Paulo, traziam o sonho da terra livre de geadas e a esperança de melhoria de vida, fator que os movia a enfrentar as dificuldades inerentes ao espaço recém criado, onde faltava a infraestrutura básica (estradas, energia elétrica, escolas, atendimento médico e medicamentos, meios de comunicação e acesso à alimentação) (Sant’Ana, 2009).

Em 1973 houve o início da abertura da área destinada ao núcleo urbano de Juara. A figura 3 A e B registram a abertura da Avenida Rio Arinos executada pelo operador de máquina Sr. Leopoldo Wilke acompanhado pelo Sr. José Pedro Dias. Acredita-se que este seja o primeiro registro fotográfico do espaço que viria a ser a da cidade de Juara em meio à densa e imponente floresta amazônica.

¹⁵ Informações obtidas junto à camponesa migrante Natalina Barbosa, viúva do Sr. Jacob Barbosa (out. 2025)



Figura 3 - Mapa da Av. Rio Arinos em Juara-MT (local das fotografias A e B em 1973)



Figura: A



Figura: B

Fonte: Acervo Kidiney Franklin (2025).

Neste mesmo ano, em área derrubada e queimada, foram plantadas 2.500 covas de café, na comunidade Pé-de-Galinha (Figura 4 – A e B). As imagens dessa plantação foram amplamente divulgadas pela empresa na região Sul e Sudeste do país, principalmente no estado do Paraná, através de propagandas televisivas, jornais e folders com a finalidade de atrair compradores. Ressalta-se que este artifício praticamente se repetiu em todos os processos de colonização privada no Mato Grosso, Pará e Rondônia. A Amazônia era vendida como lugar de progresso, ocultando as mazelas e a precariedade da infraestrutura.

Contudo, “a grande estratégia de venda estava centrada no emprego de corretores encarregados de estabelecer contatos diretos com os pequenos proprietários, com o fim de induzi-los a se interessarem efetivamente pela nova área” (Guimarães Neto, 2021, p. 56). Como propaganda (Figura 4 - B) o sócio-diretor da Sibal Sr. José Pedro Dias exhibe a abundância de frutos de café na propriedade do Sr. Augusto dos Santos, uma das imagens utilizadas para divulgar a produtividade. No período inicial a cafeicultura era realizada consorciada ao plantio de milho de modo a aproveitar a disponibilidade da terra.



Figura 4 - Plantação de café - propriedade rural na Comunidade Pé-de-Galinha (A: 1974 e B: 1978)



Fonte: Figura A: acervo de Joana dos Santos (2025). Figura B: acervo de Kidynei Franklin (2026)

Na fase inicial da colonização o foco da empresa era atrair agricultores que possuíam pequenos lotes e também meeiros que se dedicavam à cafeicultura e enfrentavam prejuízos com a produção em decorrência de constantes geadas no estado do Paraná. Eram futuros compradores também aqueles que estavam sendo expulsos do campo em razão do modelo agrícola estabelecido sob os princípios da “modernização conservadora”¹⁶, pois a implantação da agricultura comercial no Sul do país se baseava na mecanização agrícola e ampliação de áreas, provocando o êxodo rural nas décadas de 1960 e 1970.

As propagandas divulgadas pela Sibal junto aos camponeses paranaenses estavam em sintonia com o forte apelo propagandístico do governo federal sob o comando dos militares, voltado para a ocupação da Amazônia. Isto fez com que milhares de homens e mulheres fossem atraídos para a Gleba Taquaral, no Noroeste de Mato Grosso, em plena floresta Amazônica, ambiente de total desconhecimento. Para este público a empresa ofertava lotes com 50 hectares. Posteriormente, assim que se formou uma massa de mão de obra, houve a comercialização de áreas maiores voltadas à pecuária bovina extensiva com a atração de grupos empresariais e grandes proprietários que então tinham à disposição a força de trabalho para abertura (Sant’ana, 2009).

A procura pelos lotes rurais disponibilizados resultou em intenso fluxo migratório à gleba. Mesmo diante da distância e das dificuldades de acesso e da falta de infraestrutura básica (ausência de estradas, escolas, hospitais, energia e meios de comunicação), a chegada de novos habitantes era uma constante.

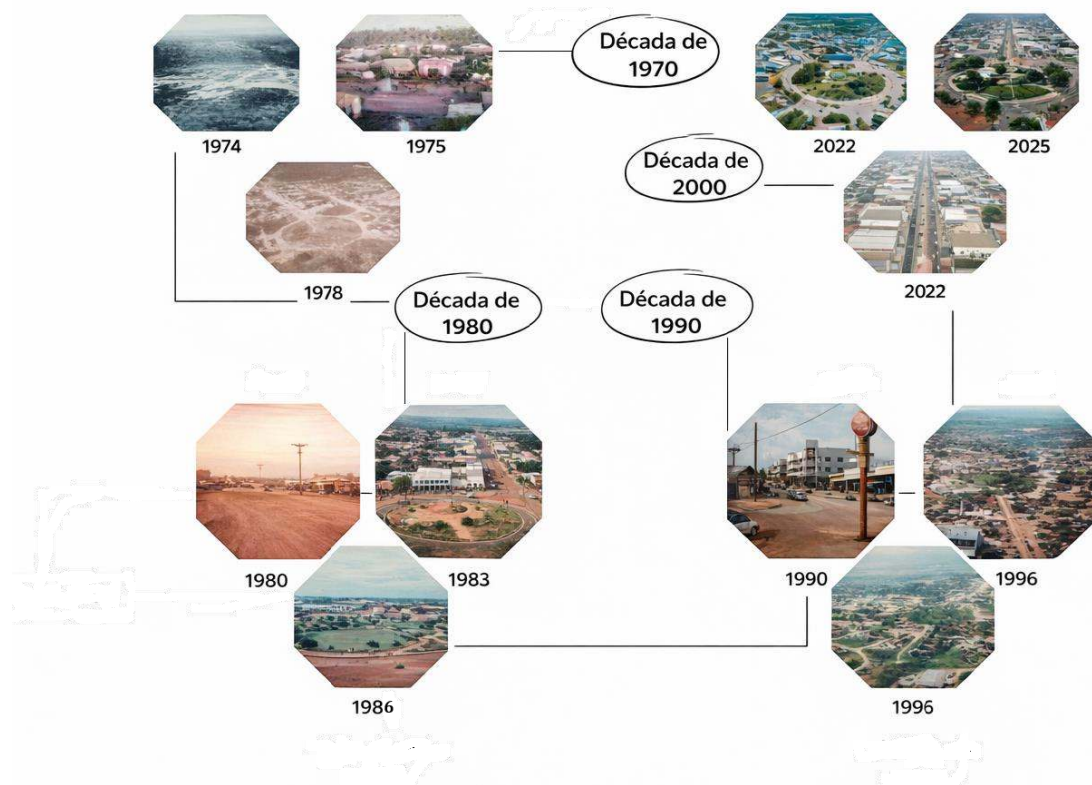
Diante da alta demanda pelos lotes rurais comercializados, a Sibal ampliou o investimento inicial e adquiriu nova área na localidade denominada Itapaiúna. Essa área foi registrada como projeto fundiário junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), contando também com linha de crédito fundiário junto ao Banco do Brasil, situação que favorecia a aquisição. A área foi dividida também em lotes de 50 hectares que rapidamente foram comercializados. (Sant’Ana, 2009).

¹⁶ Conceito utilizado por Barrington Moore Jr. (1966) em *Origens sociais da ditadura e da democracia* (Oliveira, 2014).



A dinâmica socioterritorial da Gleba Taquaral, na perspectiva econômica foi um projeto rentável para a empresa, frente a grande procura pelos lotes disponibilizados e o fluxo migratório de camponeses e trabalhadores em busca de oportunidades de trabalho. A situação resultou em rápido crescimento populacional, que passou a ser denominada Juara e tornou-se distrito do município de Porto dos Gaúchos. Posteriormente, em menos de uma década o distrito foi elevado à categoria de município.

Figura 5 - Crescimento urbano de Juara no contexto histórico (décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de imagens disponíveis no sítio web História de Juara (2026)¹⁷

O crescente fluxo migratório fez com que a localidade apresentasse um rápido crescimento e com isso a população da Gleba Taquaral em pouco tempo superou a população da sede municipal Porto dos Gaúchos (tabela 1).

¹⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/ahistoriadejuara/photos?locale=pt_BR . Acesso em 10 fev. 2026



Tabela 1 - Crescimento Populacional de Juara no período de 1970 a 2022

Ano	Município/População			
1970	Porto dos Gaúchos	1.192	-	-
1980	Porto dos Gaúchos	15.065	-	-
1991	Porto dos Gaúchos	6.558	Juara	21.712.
2000	Porto dos Gaúchos	5.665	Juara	30.748
2010	Porto dos Gaúchos	5.449	Juara	32.791
2022	Porto dos Gaúchos	5.593	Juara	34.906

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2025)¹⁸

Em relação aos dados populacionais dos anos de 1970 e 1980 foram considerados os índices populacionais de Porto dos Gaúchos, pois a criação e emancipação do município de Juara ocorreram a partir da Lei Estadual nº 4.439 de 23 de setembro de 1981 com a implantação oficial em dezembro de 1981.

É possível observar que após a emancipação política administrativa de Juara, com o desmembramento ocorreu uma redução da população de Porto dos Gaúchos se compararmos os dados populacionais de 1981 com os de 1991 a redução apresentada foi de 8.507 habitantes. Os dados do IBGE referentes ao número de habitantes de Porto dos Gaúchos demonstram que de 1991 a 2010 ocorreu à diminuição de 1.109 habitantes. Enquanto a população de Juara apresentou um crescimento significativo, pois de 21.712 habitantes em 1991 o município passou a contar em 2010 com uma população de 32.791 mil habitantes, o que representa um aumento populacional de 51,03% e demonstra a dinâmica socioterritorial.

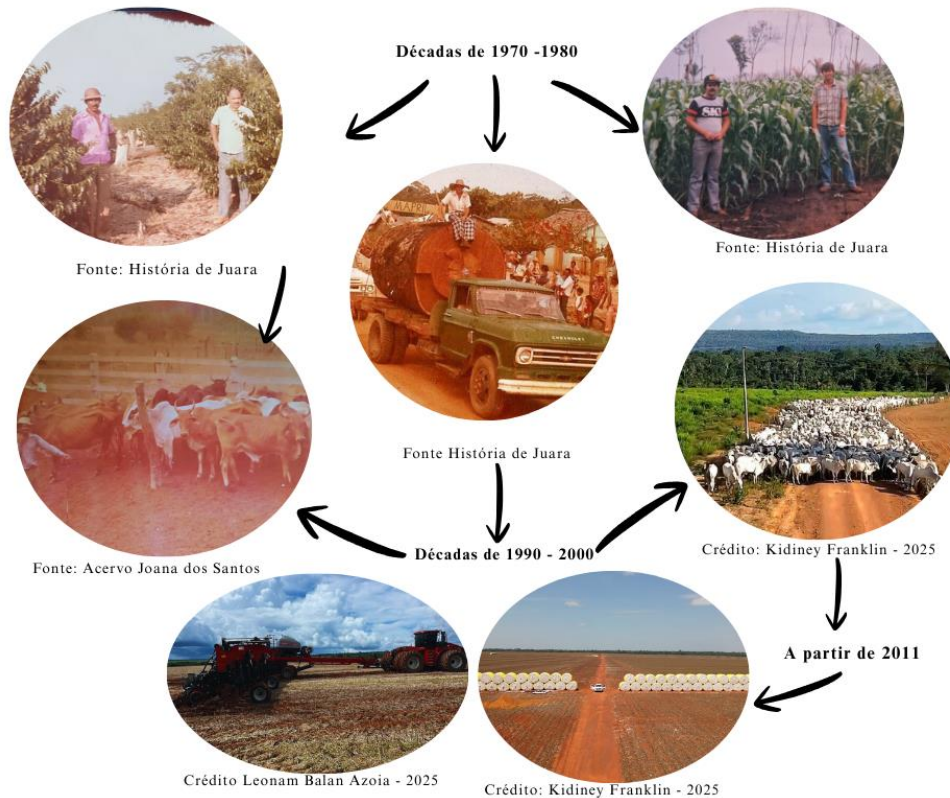
Esse cenário representa mais do que apenas um avanço demográfico, demonstra uma pressão territorial e socioambiental que alterou drasticamente o território na abertura de áreas para agricultura e pecuária, através da supressão da floresta, exploração madeireira legal e ilegal (atividades em meio às matas, transporte e nas indústrias de transformação), ao mesmo tempo que cresciam as atividades urbanas por serviços e de infraestrutura urbana e rural. Tal situação resultou em mudanças significativas na paisagem local em que a flora e a fauna originárias foram afetadas e substituídas por fauna e flora exógena.

¹⁸ Dados disponíveis em: sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado. Acesso em: 22 mai. 2025.

Em relação a atribuição do nome com base na origem tupi, em pesquisa realizada junto ao dicionário Tupi Guarani Moça significa “Cunhã” e bonita significa “porang”.



Figura 6 - Imagens das diversas fases econômicas de Juara-MT desde o processo inicial da colonização



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de imagens históricas e atuais (2026).

Assim, desde o estabelecimento da colonização e a chegada dos primeiros camponeses e trabalhadores, o território tem passado por transformações socioambientais intensas. A localidade experimentou um fluxo migratório contínuo nas décadas iniciais, situação que gerou a implementação da infraestrutura básica necessária para a fixação local, inicialmente no espaço rural e posteriormente urbano. A abertura de áreas agrícolas camponesas e mesmo latifundiárias demandou construção de estradas, pontes, demarcação de lotes, abertura do perímetro urbano com suas ruas, avenidas, demarcações de lotes urbanos.

Embora o sonho que moveu milhares de trabalhadores rurais e urbanos para a localidade tenha sido o do acesso à terra e o cultivo de café em uma região livre da geada, este cultivo mostrou-se promissor apenas nas primeiras safras. A partir da década de 1980, a produção começou a declinar, devido à falta de assistência técnica especializada em relação às mudas adequadas para as características do solo e às condições climáticas regionais.

Além do café, outras culturas como arroz e milho, cacau, guaraná também não apresentaram sucesso na produtividade (Silva, 2022). Demonstra-se que a flora exógena não teve fácil adaptação e a simples reprodução do manejo efetuado em outras regiões do país não oferecia resultados promissores. Mesmo o cacau e o guaraná de clima tropical em espaços de monocultivos tiveram problemas. Além dessa situação os produtores enfrentavam dificuldades para o escoamento da safra, agravadas pelas péssimas condições rodoviárias, com estradas vicinais precárias, assim como pela



escassez de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao manejo técnico adequado à região.

Com o insucesso do café, dada a baixa produtividade e a precariedade das estradas, a pecuária extensiva, como amansadora de áreas na Amazônia, passou rapidamente a ocupar espaço, consolidando-se, a partir da década de 1980, ao lado do setor extrativista madeireiro como uma das principais atividades econômicas. Nas propagandas e slogans deixou de ser considerada a “Princesinha da Amazônia” e passou a ostentar o título de “Capital do Gado”¹⁹, situação coerente com a intensa adulteração da paisagem.

No que se refere à exploração florestal e indústria de transformação madeireira, o município foi importante centro produtivo e empregatício do setor no estado de Mato Grosso até o final da década de 1990, com acelerado declínio na década de 2000. No entanto, em 2024 constava como 4º município com índice de exploração não autorizada, segundo dados do mapeamento do Sistema de Monitoramento de Exploração Madeireira (Simex)²⁰.

7 UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO TERRITÓRIO

O território de Juara, com exceção das Terras Indígenas e dos assentamentos rurais, tornou-se um mosaico de médias e grandes propriedades e as ações antrópicas dentro do contexto produtivo capitalista têm promovido a supressão das áreas florestais para dar lugar às atividades ligadas a agropecuária conforme explicita a tabela 2:

Tabela 2 - Cobertura natural, antrópica e não definida em Juara (1984-2024)

Ano	Área de Cobertura Natural (ha) - %	Área de Cobertura Antrópica (ha) - %	Área Não Definida (ha) - %
1985	2.196.899 - 97%	63.865 - 2,8%	2.395 - 0,2%
1995	1.992.623 - 88%	268.332 - 11,9%	2.205 - 0,1%
2005	1.611.359 - 71,2%	649.947 - 28,7%	1.837 - 0,1%
2015	1.568.272 - 69,3%	694.001 - 30,7%	0%
2024	1.506.852 - 66,6%	755.318 - 33,4%	0%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponíveis na Plataforma MapBiomass (2025).

A área territorial é de 2.263.271 (ha) e abriga duas Terras Indígenas, que correspondem a aproximadamente 11,57% de ocupação que totalizam uma área de 261.755,26 (ha). Os dados apresentados na tabela explicitam que no espaço temporal de 1985 a 2024 a cobertura natural (floresta) sofreu drástica redução. Essa diminuição foi acompanhada pela ampliação das atividades que alteraram o uso da terra (agricultura comercial, pecuária bovina extensiva e infraestrutura).

¹⁹ Slogans atribuídos ao município nos discursos de atores políticos locais e na imprensa (Sant’Ana, 2009).

²⁰ A Rede Simex é composta pelo Instituto Centro de Vida (ICV), Imazon, Imaflora e Idesam.



No ano de 1985 a cobertura originária havia sofrido redução de 3,0%, resultante das mudanças de ocupação e uso da terra para as atividades ligadas à agricultura familiar e a extração de madeiras. Com o declínio da exploração da madeira entre as décadas de 1990 a 2000, ocorreu a rápida supressão florestal e a inserção da pecuária bovina extensiva, resultando no aumento significativo do desmatamento e estabelecimento de pastagens.

Assim, a partir de Moore (2015), observa-se que este avanço demonstra a reconfiguração da Amazônia ao capital como fonte de trabalho/energia não pagos, convertendo biodiversidade e serviços ecossistêmicos em suportes invisibilizados da acumulação, bem como pecuária como tecnologia de produção de “natureza barata” e as Terras Indígenas como barreiras ao regime de apropriação.

Embora a cobertura natural em Juara, no ano de 2024, corresponda a 66,6%, o que representa uma área significativa de hectares sob uso natural, isso se deve a existência das duas TI altamente preservadas no território municipal, locais onde se mantém a cobertura florestal originária.

Apesar deste percentual ser animador, ele não condiz com o que explicita o artigo 12 da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), ao estabelecer que toda propriedade rural localizada na Amazônia Legal deve observar os percentuais mínimos relacionados à área do imóvel. Ou seja, se a propriedade estiver situada na floresta amazônica deve manter 80% (oitenta por cento) e no cerrado 35% (trinta e cinco por cento) da área com cobertura de vegetação natural, a título de Reserva Legal, respeitando também as normas relacionadas às Áreas de Preservação Permanentes (APP), com exceção das áreas consolidadas até o ano de 2008 (Brasil, 2012).

Além da pecuária bovina, a expansão da cadeia comercial do agronegócio de grãos em Juara tem promovido na atualidade a perda das áreas florestais, colocando em risco os serviços ecossistêmicos, necessários ao equilíbrio ambiental. Se essa expansão continuar em ritmo acelerado transformando áreas florestais em áreas agrícolas, em poucos anos as áreas de florestas naturais poderão deixar de existir (Brasil, 2023). Juara em 2023 ocupava a décima posição entre os 22 (vinte e dois) municípios de Mato Grosso, que mais desmataram. Esta situação levou o município a ser inserido na lista de municípios prioritários para a implementação de ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia.

Outra questão essencial a analisar é que mesmo que o processo inicial de ocupação de Juara tenha ocorrido a partir da migração e estabelecimento de camponeses (agricultura familiar), em meio a um contexto de inúmeras adversidades enfrentadas, a maioria deixou suas propriedades. Tal situação se deu em virtude da conjuntura política e econômica marcada pela “dominação, exploração e expropriação” desses trabalhadores, segundo Jakimiu (2022, p. 170), situação que resultou na perda do território camponês em favor da ampliação dos latifúndios via concentração fundiária (tabela 3).



Tabela 3 - Estrutura fundiária de Juara (2026)

Faixa de área em hectares	nº de propriedades	nº de proprietários	área total (ha)
1 a 50 ha	1.178	1.108	17.472,89
51 a 100 ha	425	413	32.912,45
101 a 500 ha	713	657	165.801,51
501 a 2.500 ha	361	331	419.319,75
2.501 a 10.000 ha	130	121	686.837,32
Mais de 10.000 ha	21	47	415.310,23
Sem Área definida	198	193	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Instituto de Defesa Agropecuária - INDEA - Unidade de Juara e no Sistema Nacional de Cadastro Rural (2026)²¹

Na atualidade o município conta com aproximadamente 2.316 propriedades correspondentes às pequenas e médias áreas (até 500 ha) e estão distribuídas entre 2.178 proprietários, que totalizam uma área de aproximadamente 216.186,85 hectares, o que corresponde a aproximadamente 76,54% do total de propriedades existentes. Porém, o percentual de ocupação territorial dessas propriedades é de aproximadamente 9,56% da área municipal.

Já as propriedades com áreas maiores (de 501 a 10.000 ha) somam 491 propriedades que representam 16,23% do total das propriedades devidamente cadastradas. Essas propriedades estão nas mãos de 452 proprietários, o que representa 15,75%. Contudo, essas propriedades concentram uma área total de 1.106.157 hectares, o que configura em aproximadamente 48,90% da área territorial do município. Esses dados demonstram a concentração fundiária existente, pois apesar do número menor de propriedades e de proprietários, a área total de ocupação dessa faixa é significativamente maior se comparada com as áreas pequenas e médias.

No que se refere às propriedades acima de 10.000 hectares, na tabela do Sistema Nacional de Cadastro Rural encontram-se cadastradas 21 propriedades concentradas nas mãos de 47 proprietários que ocupam uma área territorial de 415.124,64 hectares aproximadamente. Apesar do quantitativo de propriedades e proprietários ser menor que as outras classes, esses dados também demonstram uma alta concentração fundiária, pois essas 21 propriedades ocupam 36% da área territorial do município. Dentre os imóveis rurais inseridos neste recorte encontra-se um com 63.045,58 hectares, outro com 39.701,19 hectares e um seguinte com 20.701,19²². As três propriedades totalizam 123.447,96 hectares, ou seja, três proprietários detêm uma área maior do que a ocupada pelo conjunto de propriedades de até 100 ha.

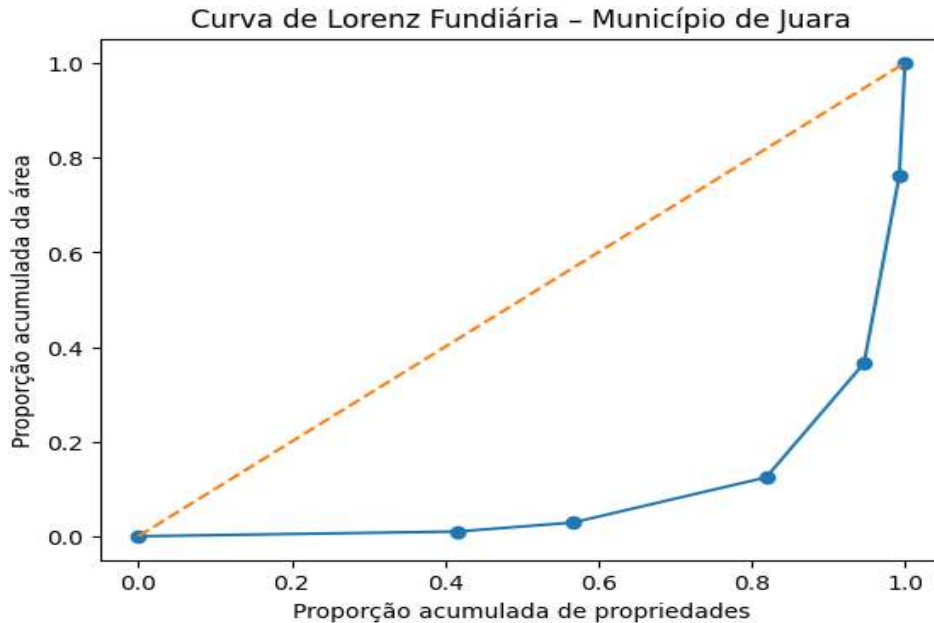
²¹Dados disponíveis em: <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/consultaPublica.jsf;jsessionid=owhIsbcJNLXjukAlf3H43sey.sncr-web6?windowId=ff4>. Acesso em: 09 ago. 2025

²²Dados disponíveis em: <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/consultaPublica.jsf;jsessionid=owhIsbcJNLXjukAlf3H43sey.sncr-web6?windowId=ff4>. Acesso em: 09 ago. 2025



O valor de 0,607 no Índice de Gini indica fortíssima concentração fundiária, confirmando que uma pequena fração de propriedades grandes detém mais da metade da área territorial, enquanto 1,35 milhar de pequenas propriedades ocupam uma parcela diminuta da terra no município.

Figura 7 - Gráfico demonstrativo de hiperconcentração de terras em Juara (índice de Gini, 2026)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (2026)²³.

Legendas: --- igualdade perfeita — desigualdade fundiária.

Obs.: Há propriedades gigantes, cujas áreas individuais atingem 63 mil, 39 mil e 20 mil hectares.

A curva evidencia a alta desigualdade na distribuição da terra, resultante do modelo de ocupação capitalista concentrador na Amazônia, bem como de políticas estatais voltadas ao incentivo subsidiado da ocupação concentradora e predatória da terra. Este modelo além de promover impactos negativos aos ecossistemas estabelece a perpetuação da exclusão social e amplia o potencial de conflitos agrários, pois uma minoria de propriedades ocupa grande parcela da área territorial, e um pequeno número de latifundiários detém o domínio sobre a gestão ambiental, configurando explicitamente áreas de monoculturas de pastagem à pecuária bovina extensiva e recentemente de produção de grãos (soja e milho), realizadas com o uso intensivo de tecnologias exógenas (máquinas, equipamentos e insumos) e de agrotóxicos contaminantes.

Desde o primeiro momento de ocupação capitalista em meados da década de 1950, com a chegada da Empresa de Colonização Noroeste de Mato Grosso – Conomali, a região do Vale do Arinos tem sido cenário do avanço da fronteira capitalista e de alterações significativas na paisagem resultantes das transformações no uso e ocupação da terra. Este avanço, se por um lado integrou o município na produção econômica nacional, por outro desintegrou florestas e sua biodiversidade, o

²³ Dados disponíveis em: <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/consultaPublica.jsf;jsessionid=owhIsbcJNLXjukAlf3H43sey.sncr-web6?windowId=ff4>. Acesso em: 09 ago. 2025



que contribuiu com o processo de alterações climáticas e no ciclo hidrológico, situação que também afetou a população local (nos últimos anos houve racionamento no abastecimento hídrico urbano), bem como acrescentou às mudanças climáticas globais. Dentre a população local, destaca-se a situação dos povos indígenas, que sofrem com o avanço da agropecuária no entorno de suas terras.

Desde a década de 1990 o avanço das atividades econômicas relacionadas à extração de madeiras e agropecuária sobre as áreas florestais se intensificou. Nas últimas duas décadas (2010-2020) verificou-se a expansão agrícola voltada à monocultura de grãos. Esse cenário ampliou as ameaças à flora, fauna e ictiofauna locais. Embora essa forma de desenvolvimento seja considerada pelos atores políticos hegemônicos, que o tratam como elemento fundamental para dinamizar a economia municipal e regional, é preciso levar em conta os efeitos negativos aos ecossistemas, os riscos para o equilíbrio ambiental e, muitas vezes, o agravamento das condições de vida das populações, tais como evidenciado por inúmeros estudos em outras regiões da Amazônia.

Esse é o complexo processo de configuração do território de Juara. Uma terra povoada por povos originários que habitavam em convívio e cooperação com a natureza até a ocupação capitalista. Este processo não se deu de forma espontânea, mas sim, a partir de um contexto geopolítico integracionista que moveu operadores locais tendo a natureza como recurso, que com fartos subsídios financeiros e governamentais promoveu a exploração em favor do empresariado, em detrimento do campesinato, bem como das populações nativas, situação que resultou em drásticas transformações socioambientais e desigualdade de posse da terra e da renda.

A ocupação da Gleba Arinos (Porto dos Gaúchos) e posteriormente da Gleba Taquaral, (que se tornou Juara) mais do que a criação de novos núcleos urbanos instaurou localmente o que Foster (2005) identifica como ruptura metabólica entre sociedade e natureza no espaço socioambiental e territorial estudado. Expandiu-se o regime de acumulação de capital tendo como base a exploração e mesmo a destruição dos bens comuns naturais, de florestas, bens hídricos, fauna, flora e ictiofauna, promovendo o movimento de mão de obra (camponeses e trabalhadores a um espaço sem infraestrutura de educação, saúde e mobilidade) e expropriação territorial de povos indígenas.

Juara tem seu crescimento econômico atual vinculado ao crescimento e expansão do agronegócio exportador (especialmente carne e grãos), com suas extensas áreas, ao custo da configuração de novas condições socioambientais, sempre mais degradadas. Segundo Assis (2026),

Apesar de o debate sobre o avanço do capital na Amazônia frequentemente enfatizar o papel do Estado e dos agentes econômicos nacionais — como grandes proprietários rurais, conglomerados do agronegócio e elites políticas locais —, é fundamental reconhecer que o fenômeno do neoextrativismo amazônico está intrinsecamente ligado a dinâmicas transnacionais. A atuação de empresas multinacionais, fundos de investimento estrangeiros, organismos financeiros multilaterais e acordos comerciais internacionais exerce uma influência determinante na intensificação da exploração de recursos naturais na região, conformando uma geopolítica da devastação que transcende as fronteiras nacionais (p. 14).



Neste contexto, a expansão da cidade e das grandes fazendas é visto como imperativo ao crescimento econômico, mas esconde o seu contraditório. O surgimento de imensas propriedades rurais de monocultura de pastagens, em sua maioria, e recentemente de grãos, seguindo os percursos do desenvolvimento capitalista com toda a sua complexidade, oculta o aprofundamento das mazelas ecológicas e sociais que lhe são inerentes: camponeses que saem do campo, trabalhadores em situações precárias, concentração de terras e renda, ampliação do desmatamento, degradação ambiental e alterações físico-ambientais, igualmente aos grandes projetos estabelecidos na região e que descaracterizam a Amazônia.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou o processo de formação histórica e ambiental do território de Juara, conduzido sob a lógica da colonização empresarial, evidenciando fundamentos políticos e econômicos e os efeitos ambientais de degradação daí decorrentes. Verificou-se que a ocupação não derivou de um deslocamento populacional espontâneo, mas de um projeto articulado entre o Estado, o capital e os agentes privados interessados na apropriação de terras e na expansão produtiva capitalista sobre a Amazônia. Juara é caso micro de um padrão macro da ecologia-mundo onde a crise ambiental não é “impacto”, mas é uma expressão da lógica civilizatória do capital que se apropria e configura territórios a seu favor, tendo operadores locais, mas que obedecem aos comandos nacionais e internacionais.

Neste contexto, as Terras Indígenas situadas no município configuram-se como espaços que tensionam e limitam a expansão do regime de apropriação capitalista, ao preservarem formas não mercantis de relação com a terra e com os bens comuns naturais, por isso são ameaçadas pela exploração ilegal, bem como pela constituição de um novo marco legal que permita explorá-las.

A estratégia política engendrada no discurso desenvolvimentista desconsiderou (e ainda desconsidera) a relevância ecológica da floresta, seus serviços ecossistêmicos e os modos de vida dos povos originários e da agricultura camponesa, cujas presenças e atuação têm sido fundamental para a proteção dos territórios, populações e da biodiversidade. Historicamente, os povos indígenas foram submetidos a múltiplas formas de violência territorial, incluindo desterritorialização, proliferação de doenças, deslocamentos forçados e fragmentação de áreas ancestrais.

A ocupação materializou-se mediante fluxo migratório expressivo de camponeses e trabalhadores das regiões Sul e Sudeste, movimento que simultaneamente liberava terras nas regiões de origem e fornecia mão de obra barata para a nova fronteira econômica. Essa dinâmica instaurou um processo de expropriação da Amazônia, com a abertura e desmatamento, queimadas, aniquilação da flora e fauna, extração madeireira e pela expansão de atividades agropecuárias de grande escala (pecuária bovina e sojicultura), que contribuíram para alterar padrões climáticos e fragilizar os ecossistemas locais dentro da lógica do capital.



A pesquisa também revela que o avanço capitalista da fronteira agrícola favoreceu a hiperconcentração fundiária em grandes propriedades que controlam a terra, os recursos financeiros, a tecnologia, a política e a narrativa do modo de desenvolvimento socioeconômico e da gestão ambiental. Há ainda a expulsão progressiva de agricultores familiares e trabalhadores responsáveis pela abertura inicial que serviram de mão de obra na abertura, cujos lotes foram incorporados a latifúndios voltados à pecuária bovina extensiva e à produção de grãos.

A expansão econômica de perfil neoextrativista, pouco diversificado e ambientalmente insustentável, consolidou Juara como um dos municípios com maior índice de desmatamento de Mato Grosso, ampliando vulnerabilidades socioambientais e acirrando desigualdades sociais. Há um modelo agrário e ambiental predatório em expansão, socialmente excludente e ambientalmente insustentável a longo prazo.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível compreender que a mitigação da degradação ambiental e dos conflitos socioambientais derivados da ocupação capitalista de Juara exige a leitura sistêmica das dinâmicas estruturais que moldaram e reconfiguram o território - notadamente a concentração fundiária, a intensa degradação ecológica provocada tanto pelo desmatamento quanto pela inserção de monocultivos de pastagens destinados à pecuária bovina e na atualidade a crescente cadeia de produção de soja - situação que provoca tensão entre as racionalidades produtivas hegemônicas e as territorialidades tradicionais (indígenas, camponesas e de trabalhadores), uma vez que o território se tornou região funcional a atender a lógica do comércio global, assumindo altos passivos ambientais e sociais.

A superação dos passivos socioambientais precisa estar incluída no planejamento governamental e nas políticas de regulação ambiental para a Amazônia, assim como deve ser dada ênfase na justiça socioambiental, no reconhecimento do papel estratégico dos povos indígenas e das comunidades locais na preservação ambiental, na importância da presença camponesa para a segurança alimentar e na proteção jurídica efetiva dos ecossistemas.

Deste modo, é necessário reavaliar as dinâmicas dos diferentes usos da terra com base em critérios de sustentabilidade, equidade e governança participativa e não tão somente na produção agroexportadora. Somente através de uma abordagem crítica, reflexiva e integrada é possível reorientar o desenvolvimento local/regional, com base na convivência digna, na segurança ecológica e na valorização das múltiplas territorialidades que compõem na atualidade a Amazônia mato-grossense e, em específico, o território de Juara.

Por fim, como contribuição principal do estudo é trazido à tona o debate sobre formação socioterritorial amazônica ao articular empiria regional e crítica da economia-mundo, evidenciando o modo como a expansão da fronteira agrícola no Vale do Arinos constitui expressão concreta da lógica capitalista como destruição criadora e que constitui parte de uma ecologia-mundo que se apropria de



territórios e reproduz a crise ambiental. Assim, ao integrar a análise histórica aos indicadores socioambientais e à observação empírica, o resultado da investigação fornece subsídios essenciais para formulação de políticas públicas orientadas por justiça territorial e sustentabilidade socioecológica.

Como limitação deste trabalho expõe-se que se fundamenta principalmente em dados secundários e na interpretação da documentação histórica. Como lacuna, não houve a incorporação de narrativas orais dos povos indígenas e dos migrantes (camponeses/as e trabalhadores/as diversos), aspecto que constitui etapa futura e de continuidade da presente pesquisa.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thays Fregolent de. *Modernos bandeirantes, antigos interesses: a Expedição Roncador-Xingu e a conquista da fronteira Oeste (1938–1948)*. 2022. 269 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

ASSIS, Lucas Lenin Resende. Neoextrativismo, crise climática e resistências na Amazônia: interseções entre história, ecologia e governança. *Revista Aurora*, Marília, SP, v. 18, p. e025013, 2025. DOI: 10.36311/1982-8004.2025.v18.e025013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/17305> Acesso em: 20 fev. 2026.

ASSIS LEITE, Francine Suélen; FLECK FALCÃO, Jairo Luís. História da Educação em Juara: currículo e cultura escolar na década de 1980. *Faces da História*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 203-222, 2019. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1313>. Acesso em: 4 dez. 2025.

BALAN TABORDA, Cleuza Regina; BAMPI, Aumeri Carlos. Terra e povo Tapayuna: violência, aniquilamento, desterritorialização e (r)existência no avanço da fronteira capitalista no Vale do Arinos-MT. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 47, 2025. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2025.85658>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/85658>. Acesso em: 11 maio 2025.

BATISTA, Gessica Danielle et al. Trabalho e renda em assentamentos de Juara-MT: estudo de caso no Assentamento P.A. Vale do Arinos – Linha 05. *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 120–125, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17921/1415-6938.2020v24n2p120-125>. Disponível em: <https://ensaiosciencia.pgsscogna.com.br/ensaiosciencia/article/view/8666>. Acesso em: 8 dez. 2025.

BECKER, Berta Koifmann. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 135-159, set. 2001.

BRASIL. Decreto nº 63.368, de 8 de outubro de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63368-8-outubro-1968-404774-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): 5ª fase (2023–2027)*. Brasília, DF: MMA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/controle-ao-desmatamento-queimadas-e-ordenamento-ambiental-territorial/controle-do-desmatamento-1/amazonia-ppcdam-1/5a-fase-ppcdam.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Juara (MT): história. Rio de Janeiro: IBGE, [2022]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/juara/historico>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Juara (MT): panorama. Rio de Janeiro: IBGE, [2022]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/juara/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2025.

COUTINHO, Alexandre Camargo. *Dinâmica das queimadas no estado de Mato Grosso e suas relações com as atividades antrópicas e a economia local*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.



DAL'ASTA, A. P. et al. Violence, land conflicts and the dynamics of the agrarian economy in the Brazilian Amazon. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 41, n. 13, e00064024, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN064024>

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ELIA, Bárbara De La Rosa. *Repressão ao movimento dos agricultores sem terra do Rio Grande do Sul no início dos anos 1960 e após o golpe de 1964*. 2022. 241 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

FRANCO DA SILVA, Carlos Alberto; BAMPI, Aumeri Carlos. Regional dynamics of the Brazilian Amazon: between modernization and land conflicts. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, Bogotá, v. 28, n. 2, p. 340-356, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2019000200340. Acesso em: 19 fev. 2026.

GONÇALVES, Paulo César; OLIVEIRA, Lélío Luiz de; SERRATH, Pablo Oller Mont. São Paulo e os sentidos da colonização. *História (São Paulo)*, v. 39, e2020020, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Cn4wqBbQngdm7h5k5Y9NjMN/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização do Brasil contemporâneo*. 2. ed. Recife: UFPE, 2020.

IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

JAKIMIU, Camila Campos de Lara. Injustiça ambiental e as lutas ecológicas no campo brasileiro. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 17, n. 46, p. 152-179, 2022.

KOHLHEPP, Gerd; DUTRA E SILVA, Sandro. Colonização no Brasil Central: a fronteira agrícola em Mato Grosso entre as décadas de 1950 a 1970. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 39, p. 50–81, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/253484.1.39-3>.

LIMA, Daniela Batista de. Os Tapayuna na história. *Campos: Revista de Antropologia*, v. 15, n. 2, p. 43-69, 2014.

LIMA, Daniela Batista de. *Transformações, xamanismo e guerra entre os Kajkwakratxi (Tapayuna)*. 2019. 515 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

LIMA, Daniela Batista de. A história do contato e o desterro Tapayuna: um massacre anunciado. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, p. 69-86, 2019.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARCELINO, Giovanna Letícia da Silva; MENGUE, Vagner Paz; FARIA, Camila Salles de. Análise multitemporal e mudanças no uso e cobertura do solo: um olhar para as terras indígenas no Mato Grosso. *Revista de Geografia*, v. 39, n. 3, p. 145–164, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/254551>. Acesso em: 11 out. 2025.



MATO GROSSO. Gabinete de Gestão Integrada. Governo de Mato Grosso. Disponível em: <https://www.sesp.mt.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento. *Regiões de planejamento de Mato Grosso: 2017*. Cuiabá: SEPLAN, 2017. Disponível em: <https://www.seplag.mt.gov.br/images/files/00seplan-5653-62d1bfa9829cd.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: ecology and the accumulation of capital*. London; New York: Verso, 2015.

MOORE, Jason W. The rise of cheap nature. In: MOORE, Jason W. (org.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism*. Oakland: PM Press, 2016. p. 78–115.

MORENO, Gislaine. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. *Geosul*, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Expansão da fronteira em Mato Grosso: a colonização privada de Tangará da Serra. In: GARCIA, Domingos Sávio da Cunha; MICELI, Paulo Celso (org.). *História e fronteira*. Cáceres: UNEMAT, 2014. p. 182-196.

OLIVEIRA, J. J. Machado. Nova navegação do rio Arinos até a Villa de Santarém, Estado do Grão-Pará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1856 [reimp. 2010].

PACINI, Aloir. A volta dos Tapayunas (Kajkwakratxi). *Pesquisas, Antropologia*, n. 76, p. 163-209, 2021.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 6, supl., p. 793-811, 2000.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Reginaldo José. *História da educação matemática no estado de Mato Grosso*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

REGINALDO DE ALMEIDA, J.; VERONESE, O. As sistemáticas violações dos direitos indígenas no Brasil à luz do conceito de estado de coisas inconstitucional. *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*, n. 9, p. 757–772, 2022.

SANT’ANA, Daniela Alves Braga. *Alianças multifacetadas: colonização de Juara – Mato Grosso (1971-2008)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. *A modernização distópica do território*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVA, C. A. F.; BAMPI, A. C. Geopolítica e antigeopolítica na Amazônia no neoliberalismo. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 24, n. 3, p. 1478-1505, 2020. Disponível em:



https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-29.pdf.
Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA, Cindy Lauper Ferreira. *O efeito do uso do solo sobre os padrões de temperatura de superfície e umidade do ar na cidade de Juara-MT*. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Sinop, 2022.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: DIFEL, 1990.

